

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**  
**LETRAS: LICENCIATURAS, BACHARELADO, MESTRADOS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÕES**

---

**ROSANGELA GOMES BOTELHO**

**LEMBRANÇAS INDÍGENAS TERENA**

---

Campo Grande  
2018

M	 <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</b></p>
L.P. ROSANGEL A	<p><b>ROSANGELA GOMES BOTELHO</b></p>
LEMBRANÇAS INDÍGENAS TERENA	<p><b>LEMBRANÇAS INDÍGENAS TERENA</b></p>
2018	<p><b>Campo Grande/MS 2018</b></p>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**  
**LETRAS: LICENCIATURAS, BACHARELADO, MESTRADOS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÕES**

**ROSANGELA GOMES BOTELHO**

**LEMBRANÇAS INDÍGENAS TERENA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora junto ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua e Cultura Terena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Campo Grande) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena.

Orientadora: *Profa. Ma. Elinéia Luiz Paes Jordão.*

Campo Grande  
2018

Botelho G, Rosangela

Lembranças Indígenas Terena/ Rosangela Gomes Botelho  
/Campo Grande, MS: UEMS, 2018.

34p. ; 30 cm.

Monografia (Especialização) – Universidade Estadual de Mato  
Grosso do Sul. Unidade Universitária de Campo Grande,  
2018.

Orientadora: Profa. Ma. Elinéia Luiz Paes Jordão.

1. Sentidos. 2. Identidade. 3. Trabalhos Manuais 4. Terena. I.  
Título.

**ROSANGELA GOMES BOTELHO**

**LEMBRANÇAS INDÍGENAS TERENA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

*Profa. Ma. Elinéia Luiz Paes Jordão*  
(Orientadora)

---

*Prof.Me Miguel Jordão (FUNAI)*

---

*Prof.Me Dalila Luiz (UEMS)*

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família.

A minha orientadora Profa. Ma. Elinéia Luiz Paes Jordão.

***Dedicatória***

Ao meu pai, meu grande incentivador.

## **RESUMO**

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa realizada com anciões na Aldeia Ipegue, município de Aquidauana, distrito de Taunay, no estado de Mato Grosso do Sul. A monografia em como objetivo contribuir com as reflexões sobre a Língua Terena da referida aldeia. A partir de literatura especializada sobre o assunto, elaborou-se um referencial teórico que permitiu conceituar a língua materna dos indígenas Terena e regatar traços indígenas através das histórias guardadas na memória e relatadas pelos anciões. Como metodologia utilizada foi o método descritivo-quantitativo-qualitativo para coletar dados fundamentais para construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, em especial a observação e participação as entrevistas semiestruturadas e a história oral. Esta pesquisa foi realizada nos meses de setembro a novembro de 2018 no distrito de Taunay, em Mato Grosso do Sul.

**PALAVRAS-CHAVES.** Educação Indígena. Histórias Oraís. Língua Terena.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1.1 OBJETIVOS.....</b>	<b>10</b>
<b>2. INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DOS TERENA...11</b>	
<b>3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>18</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>5. TRABALHO DE CAMPO.....</b>	<b>26</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>30</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>31</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A história do povo Terena está ligado a histórias de vários povos indígenas, dos europeus, dos africanos e seus descendentes. O povo Terena juntamente com os laianas e kinikinaus fazem parte da história de grupos indígenas que vivem em várias regiões e países da América.

Podemos conhecer o passado dos Terena pelos produtos da cultura como: cerâmica, de tecelagem, instrumentos musicais, que revelam muitos dos hábitos e costumes antigos e que atualmente nem sempre existem mais.

Pode-se também recorrer aos textos escritos, desenhos, pinturas, fotografias feitas por brancos que estabeleceram contatos em diversos momentos com os terenas.

A língua falada pelos Terena é a mais importante fonte que se tem para se conhecer parte da história mais recente e também do passado mais distante. Conserva elementos em comum com a língua usada pelos laianos e kinikinau e que, embora com algumas diferenças, permite reconhecer que ele pertence a uma língua de origem comum denominada Aruak.

A identificação dessa língua comum é importante porque, por intermédio dela, podemos saber um pouco sobre a origem dos terenas e localizar o lugar onde vivem e viveram em outros tempos.

Aldeia Ipegue está localizada a 70 km do município de Aquidauana a 180 km da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. As terras da Aldeia Ipegue foram demarcadas em 1905, quando da passagem de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, pela região. Sob a denominação de Ipegue, encontravam-se também as terras denominadas de Bananal; foram essas terras demarcadas juntamente e, por isso, sob a denominação também de Ipegue.

Possui 926 habitantes, sendo 445 mulheres e 481 homens, conforme o senso da FUNASA (2009). A Aldeia Ipegue é umas das aldeias mais antigas de Mato Grosso do Sul e no passado fazia divisa com a aldeia Naxe Daxe que por sua vez fazia divisa com a Aldeia Cachoeirinha.

Durante a guerra do Paraguai os Terena tiveram uma participação muito importante na defesa do território que sempre ocuparam lutando contra o exército paraguaio e abastecendo todo o exército brasileiro com alimentos e informações. (PPP, p.7, 2014).

De acordo com Referencial curricular Nacional para as Escolas Indígenas

(RCNEI) (2005):

A linguagem não é somente um instrumento de expressão humana; não é apenas um instrumento de comunicação entre o homem e seus semelhantes, entre o homem e suas entidades divinas. Ela serve, também, para dar nomes às coisas e às pessoas, para organizar coisas e pessoas em categorias. A linguagem serve para pensar e avaliar o mundo; serve para raciocinar, fazer operações, planejar ações. (BRASIL, p.111, 2005)

Conforme a citação acima se percebe a importância da linguagem para o povo Terena, pois mantém viva a cultura e tradição.

A Língua Terena foi incluída na Grade Curricular da Escola Municipal Indígena 'Feliciano Pio' a partir da Lei da LDB (Lei Diretrizes e Bases) Nº93/94 no Artigo 78, escolar indígena deverá visar o ensino diferenciado e de onde diz que a educação qualidade e que atenderá às necessidades da comunidade.

Ainda conforme o Referencial curricular supracitado:

O domínio da Língua Terena oral e escrita é fundamental para a participação social afetiva e o desenvolvimento integral da criança indígena; para isso é necessário compreender a sua necessidade de leitura e escrita na Língua Terena, tendo em vistas os desafios do mundo contemporâneo na construção de se tornar consciente de sua responsabilidade para o mundo, permitindo o exercício ativo de sua cidadania. (BRASIL, p.7, 2005)

A comunidade da Aldeia Ipegue não é falante da língua Terena. Hoje é considerado a língua portuguesa, como a primeira língua, devido a influência dos não indígenas que vieram para evangelizar, aqui na Aldeia Ipegue.

A metodologia adotada nesta monografia foi com o método descritivo-quantitativo-qualitativo. Primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica para fomentar o meu embasamento teórico; em seguida visitei os moradores mais antigos que pudessem me mostrar palavras e histórias na Língua Terena; e, por fim, cataloguei as histórias e passei para a minha segunda língua, a Língua Portuguesa.

## **1.1 OBJETOS**

### **PRINCIPAL:**

Registro de lembranças linguística da língua Terena na Aldeia Ipegue.

### **SECUNDÁRIO:**

Registrar juntos aos Terenas da Aldeia Ipegue as lembranças linguísticas e expressões nas memórias dos habitantes.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DOS TERENA**

Este tópico propõe focar elementos que convidam à reflexão sobre a realidade das escolas indígenas no Brasil. Para tal apresentam-se um histórico da educação escolar indígena, suas consequências, partindo da atuação das instituições religiosas, passando pelo Estado enquanto interventor direto nas políticas educacionais até a configuração nos dias atuais. Trata-se de uma revisão bibliográfica que abordam vários aspectos da educação indígena.

Por volta da metade dos anos 1970 houve mudança no contexto da Educação Escola Indígena. Nesta década aconteceram várias mobilizações no setor da população brasileira para a criação de entidades de apoio e colaboração com os povos indígenas.

O movimento indígena no Brasil começa a tomar forma, integrando o amplo movimento de reorganização da sociedade civil que caracterizou os últimos anos da ditadura militar no país. Várias comunidades e povos indígenas, superando o processo de dominação passam a se reorganizar para fazer frente às ações integracionistas do Estado brasileiro.

Com base na Constituição Brasileira, que foi aprovada em 1988, foi criada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB em seu Título VII - “Das Disposições Gerais”, Artigo 78 e 79, trata especificamente da educação escolar indígena.

O Artigo 78 determina que caberá ao Sistema de Ensino da União, com colaboração das agências federais aos índios, integrados na educação escolar bilíngue com objetivo de:

- 1º: Proporcionar a comunidade e povos, a recuperação de memórias, histórias, identidade étnicas e a valorização da língua e ciências;
- 2º: Garantir aos índios, o acesso às informações e conhecimento nacional da sociedade indígena e do não-índio.

O artigo 79 estabelece a responsabilidade da União com os demais sistemas de ensino, da Educação Escolar Indígena que serão planejadas com audiência das comunidades indígenas. Ainda nesse artigo está programado como objetivos:

- 1º: Fortalecer a língua materna de cada comunidade indígena;
- 2º: Manter programas de formações especializadas, destinadas à educação escolar nas comunidades indígena;
- 3º: Desenvolver currículos e programas específicos, incluindo os conteúdos culturais correspondente às respectivas das comunidades;
- 4º: Elaborar material didático específico e diferenciado. RCNEI (1998, p. 33).

Em poucas palavras, desde as chegadas das primeiras caravelas até meados do Séc. XX, o panorama da Educação Escolar Indígena foi marcado pelas palavras de ordem “catequizar”, “integrar” ou, em uma cápsula, pela negação da diferença. E não se pense que este paradigma é coisa do passado. Grande parte das escolas indígenas hoje no país tem como forma “similar”, que, por definição, é algo sempre inferior ao “original”. Não é por outra razão, diga-se de passagem, que os currículos empregados nas escolas indígenas oficialmente reconhecidas sejam tão radicalmente idênticos aos das escolas dos não índios. Fundamentalmente etnocêntricos estes projetos tradicionais de educação escolar indígena têm encarado as culturas dos povos nativos como um signo inequívoco do “atraso” a ser combatido pela piedosa atividade civilizatória. (LOPES, 2004, p. 151)

O uso da língua indígena na escola é o ponto prático na sala de aula nos últimos anos, em todo o Brasil. Não há um modelo único que possa dar conta das situações sociolinguísticas vividas pelos povos indígenas. Há povos que são monolíngues em sua língua de origem, outros falam mais de uma língua indígena e, ainda, aqueles para os quais o português tornou-se sua língua de expressão. São muitas as línguas indígenas hoje no Brasil que correm o risco de desaparecer, porque são poucas pessoas que falam a língua materna de seu povo. A escola indígena pode ter um papel importante na valorização das línguas indígenas ao possibilitar a escrita dessas línguas no contexto de uso. E têm sido muito ricas as experiências nesse sentido, em todo o país. No Brasil contemporâneo são faladas 180 línguas indígenas conhecidas, distribuída em 41 famílias, dos troncos linguísticos e dez línguas isoladas. (CLUPIONI, 2006, pg. 49)

Freire (2004) afirma que foram os colonizadores europeus que trouxeram as escolas para as diversas etnias indígenas que viviam no "território atualmente ocupado pelo Brasil". Tais etnias desconheciam a existência da cultura escrita e transmitiam seus conhecimentos de várias formas, mas através basicamente da oralidade.

Segundo Freire (2004), as primeiras escolas eram “para indígenas” e não “de indígenas”. Estas escolas, organizadas em sua maioria por jesuítas, tinham como objetivo principal a catequese, cujo processo educativo desconsiderava a língua e a cultura das etnias, acabando por dissociar a identidade das mesmas. Compartilhando de ideias semelhantes, Ferreira (2004) afirma que no período colonial, a educação escolar indígena era exercida essencialmente por missionários católicos principalmente jesuítas e salesianos. O objetivo dessa educação era impor a cultura dominante cristã e assim poder controlar os indígenas para produzir mão-de-obra barata.

Freire (2004) mostra que apesar de terem sido ignorados, os indígenas tinham concepções pedagógicas e seus saberes eram transmitidos basicamente pela via oral. Deste modo, a aprendizagem acontecia em todos os momentos do cotidiano, nos quais qualquer sujeito se tornava um agente educacional, e os adultos, geralmente, ensinavam as crianças através do “aprender fazendo”.

Ainda segundo Freire (2004), os colonizadores não concebiam a existência de educação entre os indígenas, pelo fato das etnias serem contra a punição e não terem a instituição escolar propriamente dita. Por isso acreditavam que os indígenas precisavam ser civilizados nos moldes europeus de escolarização, evidenciando uma visão extremamente etnocêntrica.

Podemos observar em vários artigos, como os de Ferreira (2004), Freire (2004) e Paula (1999), que a escola foi um meio de colocar em prática uma política que teve como consequência o aniquilamento de inúmeros indígenas. Esta escola, muitas vezes, fez com que os indígenas fossem aos poucos perdendo sua cultura, suas tradições, saberes e religiões, ou seja, ela contribuiu para que perdessem sua identidade em todos os momentos.

Ferreira (2004) afirma que através da educação católica ocorreu um “extermínio sistemático” da população indígena através da dominação, o que gerou o aprofundamento das desigualdades sociais e a desorganização política e social das sociedades indígenas.

Em 1845, a atuação da educação missionária foi regulamentada pelo Governo Imperial, mesmo com a total inadequação do modelo educacional desde a época do Brasil Colônia para a população indígena. Ferreira destaca que como consequência à educação indígena da época, se desenvolveram forças de resistência à situação de dominação, de forma que alguns grupos conseguiram assegurar e reproduzir sua organização social.

No ano de 1910, ainda segundo Freire (2004), foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) sendo o marco no que se refere à educação indígena no Brasil. Isso se deve a uma reformulação da política indigenista feita pelo Estado, com maior preocupação com a diversidade linguística dos povos indígenas. Com essa reformulação, as escolas indígenas passam a dar menos ênfase ao ensino religioso e a destacar o trabalho agrícola e doméstico com o objetivo de inserir os indígenas no mercado regional devido ao interesse comercial.

Entretanto, Ferreira (2001) afirma que os indígenas demonstravam um crescente desinteresse pelo processo de escolarização, o que fez com que o SPI, em 1953 criasse um programa para reestruturar as escolas indígenas, segundo as especificidades de cada grupo. São criadas, então, as Casas do Índio, os Clubes Agrícolas que, porém não consideravam a diversidade cultural de cada povo, uma vez que o material e professores especializados eram dispendiosos.

Ferreira (2001) critica os programas educativos ofertados a população indígena por não serem condizentes com as realidades indígenas, além da situação precária de várias escolas, de professores não especializados e de uma pedagogia alienadora.

Conforme Kahn e Azevedo (2004), a história do Brasil é marcada por um forte processo discriminatório contra os indígenas, explicam, até a década de 1970, acreditava-se que as populações indígenas iriam desaparecer devido ao processo civilizatório que sofriam.

O Estatuto do Índio de 1973 também reflete essa visão ao designar o índio como “silvícola”, isto é, uma pessoa que vive na selva e que vai superar esse estágio primitivo.

O mesmo pode ser observado nas LDBs de 1961 e 1971, que de acordo com Freire (2004), não efetivaram nenhuma mudança em relação aos povos indígenas, pelo contrário, apenas conservaram e reafirmaram as políticas de âmbito educacional do período colonial. As políticas realizadas até este momento, de modo geral tiveram um caráter integracionista, ou seja, almejavam extinguir a cultura indígena e integrá-las aos moldes nacionais.

É no final dos anos 1970, de acordo com Ferreira (2004), que essa configuração muda. No período pós-ditadura, várias organizações não-governamentais começaram a surgir no cenário político nacional, direcionando-se para a defesa da causa indígena. Estas organizações, firmando parcerias com Universidades, organizavam encontros, congressos onde promoviam debates para que diferentes grupos envolvidos com a educação indígena pudessem trocar experiências alternativas relacionadas a esse ensino. Os encontros realizados tinham um forte discurso político e traziam a idéia de educação como um fator de autodeterminação para os povos indígenas.

Do mesmo modo, Ângelo (1994) destaca que foi a partir da década 1970, que os povos indígenas passaram a se organizar em movimentos na luta por autonomia e protagonismo nas escolas indígenas, segundo o contexto de suas comunidades.

Na década de 1980 vivíamos, no Brasil, o processo de redemocratização e é neste contexto que o grupo indígena passou a ter um papel mais central na formulação de políticas públicas indigenistas.

Segundo Freire (2004) foram criadas várias organizações representativas concentradas em sua maioria na Associação de Docentes Indígenas fundada na Amazônia. Com a Constituição de 1988 passam a serem reconhecidas legalmente as diferenças, direitos e peculiaridades das etnias indígenas, Freire (2004):

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as

terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União, demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Constituição Federal, 1988 p.152-153)

Para Almeida (1996), é na Constituição de 1988, que o Estado brasileiro reconhece a existência de povos indígenas vivendo em seu território e considera que estes possuem um modo de vida peculiar, com línguas e saberes específicos e que, portanto, necessitam de direitos e políticas específicos. Segundo Freire (2004), após a Constituição Federal de 1988, ocorre mudanças significativas na legislação referente à Educação Indígena, como na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. Tais documentos apresentam uma nova função para as escolas indígenas, ambos delegam o direito a uma “educação bilíngue, intercultural, comunitária, específica e diferenciada”.

Essa escola configura seu novo objetivo que é reconhecer a diversidade cultural e linguística, valorizar os saberes indígenas, a fim de recuperar suas histórias, reafirmar suas identidades e também favorecer o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da atual sociedade brasileira. Além disso, muitas assembleias continuaram a ser realizadas no país com o intuito de debater o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada e específica segundo os ideais de cada etnia.

Paula (1999) mostra que a LDB/96 aborda a educação indígena reafirmando o uso da língua materna e os seus próprios processos de aprendizagem, já assegurados na Constituição Federal de 1988. Evidencia também, o dever do Estado de proporcionar uma “educação bilíngue e intercultural”, o que implica formação diferenciada de docentes, material didático e currículos específicos e diferenciados, alfabetização em língua materna e ensino do português como segunda língua, tudo isso elaborado com apoio técnico e financeiro da União.

Melia (1999) afirma que esses passos não são suficientes para manter a identidade dos povos indígenas, uma vez que podem não atender suas reivindicações, além de não satisfazer suas necessidades, tornando-se, muitas vezes, mais uma forma de dominação dos povos.

A Educação Escolar Indígena presente nas áreas indígenas a pouco mais de vinte anos passa a ser objeto de revolução pedagógica como uma pedagogia própria voltada para a cultura, como base da educação e da cidadania, buscando uma escola sintonizada com os interesses e direitos específicos dos povos indígenas.

Busca-se transformar a escola indígena imposta, estranha aos índios e gerida de fora, para um espaço de articulação, de informações, com práticas pedagógicas e reflexões dos próprios índios sobre seu passado e ‘futuro’, seus conhecimentos, projetos e definição de um lugar neste mundo globalizado.

As palavras de Marcos Terena traduzem um conceito de cidadania abrangente e global: “*nossa geração futura, da família indígena e do branco, tem o dever histórico de consolidar essa profecia: o sonho de sermos gente, cidadão urbano e cidadão da selva.*”<sup>1</sup> (1992, p.26)

Segundo Zaidan (2009) existem processos para nomearmos o sujeito a partir dos sessenta anos de idade em nossa sociedade, tais como ancião, velho, idoso e 3ª idade. “Entendemos que o sujeito significa estar em condições determinadas pela língua e pelo mundo, o que nos permite observar o modo que essa relação (re)significa os nomes acima e predicam este sujeito” ZAIDAN, 2009.

Segundo Moralis, estes aspectos levam à reflexão a respeito da leitura, de como ela está sendo desenvolvida e qual o interesse dos professores em ensinar para seus alunos essa prática que, de certa forma, é essencial para a formação dos mesmos. Com isso, procura-se embasar melhor a respeito do assunto, apropriando-se de livros que relatam a respeito do tema. Em primeiro lugar, destacam-se os objetivos que cada orientador, professor, escola e família precisam ter para ensinar um aluno a ler; em segundo, a boa seleção de textos, contando sempre com muitas variedades e que estes textos possam estar à disposição dos alunos; e por último, a metodologia que vai ser usada para envolver os alunos no processo importantíssimo que é a aprendizagem da leitura.

---

<sup>1</sup> O conceito de cidadão urbano e cidadão da selva, quer demonstrar que os indígenas têm os mesmos direitos do homem urbano, de acordo com sua cultura indígena e sua realidade. Tais direitos devem ser assistidos por lei e efetivados.

### 3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

#### 3.1 Histórico da Aldeia Ipegue

A aldeia indígena denominada Ipegue está situada a 18 km do distrito de Taunay, município de Aquidauana no Mato Grosso do Sul. Está localizada a 70 km de Aquidauana e, aproximadamente, 200 km de Campo Grande, a capital do Estado com acesso pela BR 262.



**Figura 1 - Visão macro da área estudada. Pesquisa de Campo.**

A Aldeia Ipegue é umas das aldeias mais antigas de Mato Grosso do Sul e no passado fazia divisa com a aldeia Naxe Daxe que por sua vez fazia divisa com a Aldeia Cachoeirinha.

Na Aldeia Ipegue, estão presentes os órgãos públicos governamentais e não governamentais como as Associações Indígenas, Igrejas Protestantes e Católica, Escola Municipal Indígena Pólo Feliciano Pio que oferece o ensino da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, funciona no período matutino e vespertino com o quadro

docente em regime estatutário e contratados. Os professores Terena foram selecionados pelo concurso público específico e diferenciado com avaliações nos conhecimentos e valores tradicionais Terena, incluindo a escrita e tradução na Língua Terena para ministrarem aulas para os alunos da Educação Infantil até o 5º ano do ensino fundamental.



**Figura 2** – Foto parcial de uma sala da Escola Municipal Indígena “Feliciano Pio”.  
**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora.

As terras da Aldeia Ipegue foram demarcadas em 1905, quando da passagem de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, pela região. Sob a denominação de Ipegue, encontravam-se também as terras denominadas de Bananal; foram essas terras demarcadas juntamente e, por isso, sob a denominação também de Ipegue.

A aldeia possui 926 habitantes, sendo 445 mulheres e 481 homens, conforme o senso da FUNASA (2009). Naquela época havia um povoado com paisagem de muita

mata, muitas árvores, taquaras, as estradas eram trieiros<sup>2</sup> que ligava uma rua a outra. Sem energia, para iluminação as famílias usavam lamparinas e não tinham sem água encanada.

As mulheres eram as responsáveis do carregamento da água para casa pois nesta época ainda não existia os poços que futuramente a própria FUNAI que se entende que este órgão tem como missão mediadora de todas as causas indígenas e que é preciso ouvir, discutir e compreender a problemática vivenciada pelos indígenas e intercedê-las ao Estado e quando necessário encaminhar ao judiciário, como é o caso das reivindicações da demarcação das terras dos Terena.

A FUNAI começa a perfuração dos poços artesiano em pontos estratégicos da aldeia como forma de atender melhor as famílias retirando água próxima de suas casas. Por ser uma área de muita mata, a caça era abundante; os Terena tinham hábitos de caçar e pescar para prover a alimentação da família.

Como não existia ônibus, carro, motocicletas e bicicletas, o único meio de transporte era a carreta de boi. A carreta era responsável pelos transportes feitos dentro da aldeia, como carregar lenhas, carregar cana de açúcar para o moinho para fazer garapa, rapadura, doce de melado, puxa-puxa um estilo de doce feito a partir do caldo de cana de açúcar entre transportar produtos da roça. Para irem à cidade vizinha usava-se o passageiro, como eles o denominam: o trem, o trem passa a ser o meio de transporte acessível para irem às cidades vizinhas como Aquidauana e Miranda, mas poucos iam até a cidade, pois contam que tinham medo dos purutúyes<sup>3</sup>, então, preferiam ir até a estação, como chamavam o distrito de Taunay.

Naquela época, segundo os anciões, contam que o solo era mais fértil, plantavam-se muitos produtos como arroz, o feijão, o milho, a batata, a abóbora, a mandioca, a banana, maxixe, amendoim, melancia entre outros produtos. Hoje, dificilmente se planta como antigamente. Deduzem que o solo já está desgastado, pois dificilmente recebem ajuda da FUNAI e de outros órgãos governamentais na doação de adubos para melhorar o solo e assim, favorecer um plantio melhor.

---

<sup>2</sup> Trieiro é termo utilizado na comunidade Terena designando as antigas estradas estreitas que ligavam um lugar ao outro ponto.

<sup>3</sup> Homem ou mulher não indígena.



**Figura 3 - Plantação de milho, bem como mandioca, feijão e abóbora.  
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.**

As casas de início eram construídas seguindo a arquitetura tradicional, sendo coberta de sapê ou folhas de carandá, suas laterais são fechadas com adobe ou a pau-a-pique, o chão é feito de chão batido. Hoje é comum ver a forma diferente de construção das casas, algumas se misturam entre o tradicional e o moderno, outras, seguem a construção de alvenaria, mas, sem deixar de construir uma dependência tradicional ao lado. Muitos são as casas hoje construídas pelo governo, elas são de arquitetura dos padrões da sociedade envolvente: casas de alvenaria, trazendo desta forma uma nova paisagem de moradia na aldeia. A falta de matérias prima também influencia a permanência de construção das casas tradicionais.



**Figura 4 – Antes - Casa de sapê. Depois - casas de alvenaria.**  
**Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.**

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1 TIPO DE PESQUISA**

Este estudo configurou-se numa abordagem descritivo-qualitativa e quantitativa.

### **4.2. LOCAL DA PESQUISA**

O estudo foi realizado no município de Aquidauana – MS, na Aldeia Indígena Ipegue.

### **4.3. SUJEITOS DA PESQUISA**

A pesquisa foi desenvolvida com anciões da Aldeia Ipegue.

### **4.4. PROCEDIMENTOS NA COLETA DE DADOS**

O trabalho de pesquisa utilizou-se do método descritivo-quantitativo-qualitativo para coletar dados fundamentais para construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, em especial a observação participante, as entrevistas semiestruturadas e a história oral. A pesquisa seguiu da participação de anciões entrevistadas com intuito de ouvi-los e descrever a fala das mesmas na Língua Terena, enfocando o tema de lembranças linguísticas. A entrevista se deu na residência dos mesmos, no momento do almoço ou ao tomar mate no fim da tarde.

#### **4.5. ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados foi realizada através da gravação das narrativas contadas pelas anciãs Jonas Gomes, Neuza André e Antonia Luiz – todos acima de 50 anos.

#### **4.6 REGISTRO DE LEMBRANÇAS LINGUÍSTICAS DA LÍNGUA TERENA<sup>4</sup>**

- 1 - Ayuítí - festa
- 2 - Axúka - rapadura
- 3 - Áko - não
- 4 - Anorítí - neto
- 5 - Apíkoti - assoprando
- 6 - Avékoti - dirigindo carro
- 7 - Ahíkovoti - tomando banho
- 8 - Araúkoti - está nadando
- 9 - Atihíkoti - espirando
- 10 - Ândi - meu irmão ou irmã mais novo
- 11 - Aíkoti - ralando
- 12 - Ápe - tem
- 13 - Áhé - amigo
- 14 - Apêtimo - vai ter
- 15 - Mbâho - minha boca
- 16 - Mbêno - minha casa
- 17 - Mbirítauna - minha faca
- 18 - Mbûyu - meu joelho
- 19 - Ndâki- meu braço
- 20 - Ndôri - meu calcanhar
- 21 - Ndûti - minha cabeça

---

<sup>4</sup> É a língua utilizada para comunicação do povo indígena da etnia Terena.

- 22 - Ekâti - bebida
- 23 - Éxetinati - história
- 24 - Énomone - sim
- 25 - Everéxe - ariranha
- 26 - Émea - será
- 27 - Éxoketi - bonito
- 28 - Erendákakae - sentopéia
- 29 - Kavâne - roça
- 30 - Kenôti - orelha
- 31 - Kúxoti - antigo
- 32 - Kásati - frio
- 33 - Kámo - cavalo
- 34 - Kûre - porco
- 35 - Kuti kemómo? - o que você está olhando
- 36 - Kakêti - brinco
- 37 - Kótuti - quente
- 38 - Káxe - sol
- 39 - Kuyûti - sabugo de milho
- 40 - Kirîti - nariz
- 41 - Kuríkoti - jogando
- 42 - Kalísoti - fino
- 43 - Kopénoti - índio
- 44 - Kerénuti - fala muito alto
- 45 - Kerenúti - garganta
- 46 - Titíkoti - chupando cana
- 47 - Vatéke - canoa
- 48 - Ixuxúkoti - tecendo

49 - Iparáti - presente

50 - Úko - chuva

51 - Evêke - granizão

52 - Óvoe - jabuti

53 - Xururúkoti - trovão

54 - Váka - vaca

55 - Époexoti - jogando bola

56 - Époe - borracha

## 5. TRABALHO DE CAMPO

*Eu falo Terena porque minha mãe e meu pai só falavam comigo em Terena. Sou daqui do Ipegue. Nasci e cresci aqui; tenho filhos e netos que também moram aqui; conheço muitas palavras em Terena porque antigamente nós conversava com qualquer um criança mais velhos só na nossa língua e era bom porque não tinha medo nem vergonha de falar qualquer coisa ou perguntar as coisa; eu queria que todo mundo falasse hoje porque ninguém entende o que eu falo ou o que pergunto; eu tenho que repetir bastante as palavras; sinto muita saudade das pessoas que já partiram pra eu falar em Terena.*

Entrevista realizada em 25/11/2018 na Aldeia Ipegue com a anciã Antônia Luiz, 72 anos, feminino. Formação: Alfabetizada.

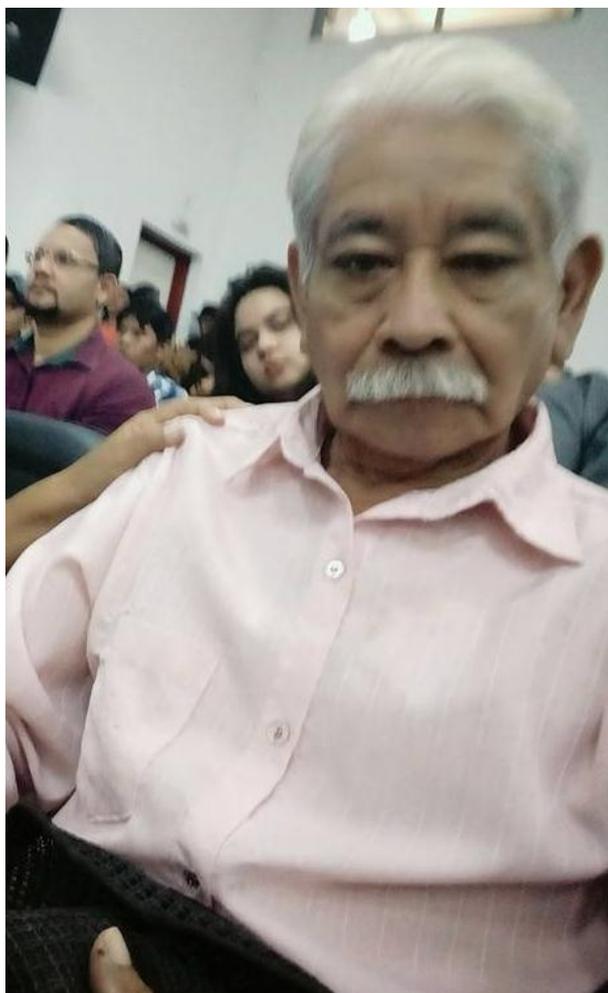


**Figura 5 – Anciã Antônia Luz, na dança Seputerena.**

**Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.**

*Sou pertencente a etnia Terena e resíduo na Aldeia Ipegue; morador desde que nasci; nunca fui morar em outro lugar, porque aqui neste local tive a oportunidade de colaborar com as crianças na escola como professor há 40 anos, na rede municipal de Aquidauana. Sou falante e professor bilíngue, o meu trabalho era voltado à revitalização da língua materna na escola; aprendi com meus pais a cultura Terena principalmente a preservá-la; conheço várias expressões da língua Terena, facilitando a comunicação com as pessoas mais antigas, mas hoje as pessoas já não falam mais porque a família está perdendo a nossa cultura; não passam para os filhos os valores culturais e deixam de praticar principalmente a nossa língua Terena. No passado a comunicação tinha muita facilidade porque a língua Terena estava presente em todas as idades.*

Entrevista realizada em 25/11/2018 na Aldeia Ipegue com o ancião Jonas Gomes, 72 anos, masculino. Formação: Superior completo.



**Figura 6 – Ancião Jonas Gomes, na Câmara de Vereadores.  
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.**

*Eu moro aqui na Aldeia Ipegue; gosto de viver aqui; tem muitas plantas; é tranquilo; podemos deitar de baixo da árvore sem medo de ladrão; é bom aqui. Sou falante da língua Terena, mas o que dói meu coração que só posso falar com a pessoas mais antigas que falam também; na minha casa com meus filhos, netos tenho que falar o português, mas não sai bom; fica tudo atrapalhado; às vezes, ninguém me entende né? Perdi meu pai muito cedo, minha mãe ficou mais tempo comigo; ela só falava em Terena, até meu nome era carinhoso como irmã mais nova me chamava de sêno; tenho muita saudade de falar todos os dias, mais hoje ninguém fala mais; mãe e pai não ensina em casa, porque também já não falam em Terena.*

Entrevista realizada em 25/11/2018 na Aldeia Ipegue com a anciã Neuza André, 71 anos, feminina. Formação: Alfabetizada.



**Figura 7 – Produção da anciã Neuza André.  
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lembranças indígenas é um tema muito importante para criança indígena como papel fundamental na preservação da cultura, sua língua, costumes e organização do seu próprio grupo no futuro.

Com a abordagem deste trabalho procura-se esclarecer aos alunos indígenas a necessidade de destacar no universo a história contada pelas anciãs da aldeia; embora contada seja diferente, pois poderá ter como apoio o próprio idioma e repertório de imagens para despertar nos alunos interesse e absorver a atenção dos mesmos, Esta pesquisa é resultado de muito esforço e pesquisa com objetivo de preservar a história do meu povo e as tradições Terena.

Conclui-se que a história contada pelo próprio narrador indígena faz com que o leitor é convidado a refletir sobre sociedade brasileira, na perspectiva da vida que levam até hoje, que merece respeito por toda sociedade.

Ser diferente não significa ser melhor ou pior, significa apenas ter costumes, valores e comportamentos diferenciados de um grupo social, portanto merece respeito. Através desta leitura é possível que a criança perceba com mais clareza as múltiplas culturas que fazem parte da formação do povo brasileiro, criando-se assim uma forte barreira contra o preconceito e tornando-se um indivíduo esteticamente mais sensível. Consequentemente um ser humano melhor, com um olhar plural para a vida e para o mundo, mais ético e menos preconceituoso.

## REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Francisca Novantino P. de. **Participação E Autonomia Na Gestão Das Escolas Indígenas: Uma Reflexão**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental-Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1990.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal. **A Educação Escolar Indígena: Um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (orgs). **Antropologia, História e Educação: a educação indígena e a escola**. São Paulo: GLOBAL/MARI/FAPESP, 2001.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajatória De Muitas Perdas E Poucos Ganhos**. Rio de Janeiro: IBASE, jul. 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação Das Culturas**. 1976-1ª Ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KAHN, Mariana e AZEVEDO, Marta. **O Que Está Em Jogo No Desafio Da Escolarização Indígena**. Rio de Janeiro: IBASE, jul. 2004.

MELIA, Bartolomeu. **Educação Indígena Na Escola**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 19, n. 49, dez 1999.

MORALIS, Edileusa Gimenes. O lugar das concepções de linguagem em diferentes abordagens Lingüísticas. UNEMAT/AIA. Disponível em: 25/11/2018  
<http://www.linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/07/Arquivos/5.1.pdf>

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Processo De Assimilação Dos Terena**. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1960.

PAULA, Eunice Dias de. **A Interculturalidade No Cotidiano De Uma Escola Indígena**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 19, n. 49, 1999. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SILVA, Fernando Altenfelder. **Mudança cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, 1949.

TAUNAY, Alfredo. **A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguay**. AET Taunay - 1935 - Comp. melhoramentos de S. Paulo.

TERENA, Marcos. **Cidadãos Da Selva: A História Contada Pelo Outro Lado**. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **O Medo Dos Bárbaros: Para Além Do Choque Das Civilizações**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ZAIDAN, Geralda Maria de Carvalho. **A Memória marca os limites do universo das representações da temporalidade**. Web revista página de debates: questões de linguística e linguagem, Nova Andradina, n. 11, p. 1-13, Nov. 2009.

## ANEXO

### QUESTIONÁRIOS:

- ✓ Nome/ Idade/ Sexos / Formação / Nascido na aldeia.
- ✓ 1 - Quanto tempo você mora aqui na Aldeia?
- ✓ 2 - Seus pais falam a língua dos antigos?  
Se sim / não comente.
- ✓ 3 - Você conhece palavras ou expressões em Terena?  
Se sim / não comente.
- ✓ 4 - Como você vê a língua dos antigos?  
Comente.
- ✓ 5 - Você gostaria de falar a língua dos antigos?  
Se sim / não comente. Fotografia da Aldeia.

